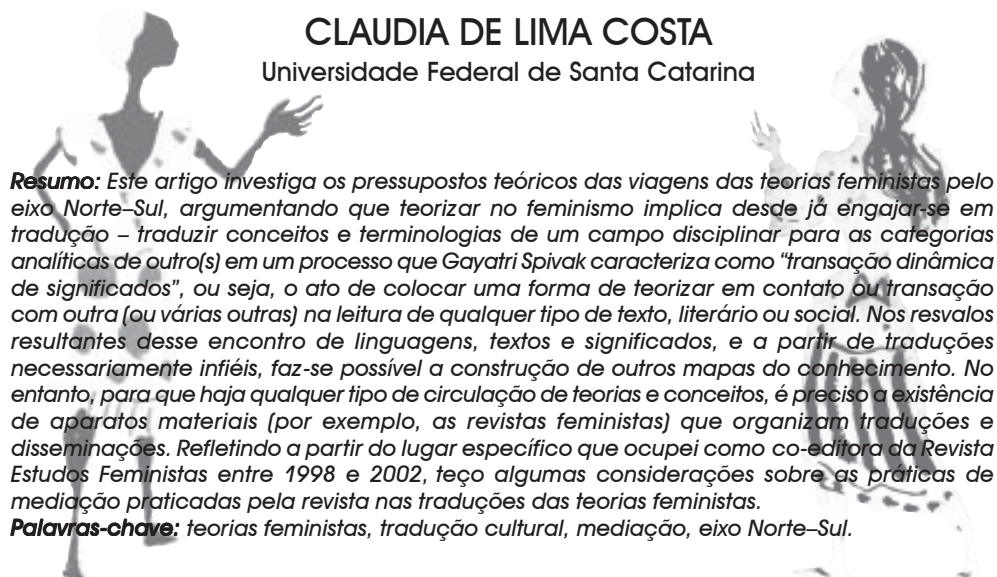


AS PUBLICAÇÕES FEMINISTAS E A POLÍTICA TRANSNACIONAL DA TRADUÇÃO: REFLEXÕES DO CAMPO

CLAUDIA DE LIMA COSTA

Universidade Federal de Santa Catarina



Resumo: Este artigo investiga os pressupostos teóricos das viagens das teorias feministas pelo eixo Norte-Sul, argumentando que teorizar no feminismo implica desde já engajar-se em tradução – traduzir conceitos e terminologias de um campo disciplinar para as categorias analíticas de outro(s) em um processo que Gayatri Spivak caracteriza como “transação dinâmica de significados”, ou seja, o ato de colocar uma forma de teorizar em contato ou transação com outra (ou várias outras) na leitura de qualquer tipo de texto, literário ou social. Nos resvalos resultantes desse encontro de linguagens, textos e significados, e a partir de traduções necessariamente infielis, faz-se possível a construção de outros mapas do conhecimento. No entanto, para que haja qualquer tipo de circulação de teorias e conceitos, é preciso a existência de aparatos materiais (por exemplo, as revistas feministas) que organizam traduções e disseminações. Refletindo a partir do lugar específico que ocupei como co-editora da Revista Estudos Feministas entre 1998 e 2002, teço algumas considerações sobre as práticas de mediação praticadas pela revista nas traduções das teorias feministas.

Palavras-chave: teorias feministas, tradução cultural, mediação, eixo Norte-Sul.

Sobre viagens e teorias

Muito já tem sido dito e escrito sobre as viagens das teorias¹ por diversas topografias.² Contudo, com a progressiva transnacionalização da comunidade acadêmica, as teorias (bem como aquelas/es que as praticam) estão migrando através de itinerários cada vez mais complexos, enfraquecendo assim qualquer elo entre teoria e lugar, ou seja, entre

Copyright © 2003 by Revista Estudos Feministas

¹ Versões anteriores desse trabalho foram apresentadas no XXIII International Congress of the Latin American Studies Association (Washington DC, 2001), no IX Seminário Nacional Mulher e Literatura (Belo Horizonte, 2001), no Seminar on Intellectual Agendas and the Localities of Knowledge (Cidade do México, 2001) e no I Encontro Nacional de Publicações Feministas (Florianópolis, 2002). Uma versão anterior impressa desse artigo foi publicada no primeiro volume de *Gênero e representação: teoria, história e crítica*, organizado por Constância Lima Duarte (Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2002). Agradeço os comentários recebidos por ocasião dessas apresentações, os quais muito contribuíram para a reflexão atual. Esta, por sua vez, faz parte de uma pesquisa mais ampla que realizo com apoio do CNPq.

² Ver, por exemplo, Caren KAPLAN, 1996; e Inderpal GREWAL e KAPLAN, 1994, entre outros nomes citados nessa bibliografia.

teoria e suas raízes lingüísticas e culturais.³ No atual cenário de divisas fragmentadas, “zonas de contato” (em vez de centros e periferias)⁴ e epistemologias da fronteira, é crucial investigarmos os múltiplos deslocamentos das teorias feministas e de suas categorias analíticas através das mais diferenciadas topografias. No contexto do tráfego transnacional de teorias e conceitos, a questão da tradução cultural se faz um espaço privilegiado para a elaboração de análises críticas sobre a política e a poética da representação e sobre as assimetrias entre linguagens. Conforme pondera Lydia Liu, “não podemos mais falar de tradução como se fosse uma questão puramente lingüística ou literária, pois ela se tornou indispensável ao processo da produção e circulação global de significados na forma de valor”.⁵

Dado seu caráter interdisciplinar, teorizar no feminismo implica desde já engajar-se em tradução – traduzir conceitos e terminologias de um campo disciplinar para as categorias analíticas de outro(s) em um processo que Gayatri Spivak caracteriza como “transação dinâmica de leituras”,⁶ ou seja, o ato de colocar uma forma de teorizar em contato ou transação com outra na leitura de qualquer tipo de texto, literário ou social. Nos resvalos resultantes desse encontro de linguagens, textos e significados, e a partir de traduções necessariamente infiéis, faz-se possível a construção de outros “mapas relacionais do conhecimento”.⁷

No entanto, para que haja qualquer tipo de circulação de teorias e conceitos é preciso a existência de um aparato material que organize traduções e disseminações. Sabemos que textos não viajam através de contextos lingüísticos sem ‘visto’ ou de forma accidental. As revistas feministas fazem parte desse aparato material/discursivo e ocupam o importante lugar de mediadoras culturais entre, como diria Nelly Richard, “as teorias metropolitanas e suas traduções/apropriações/desapropriações e contra-apropriações periféricas”.⁸ Para viabilizar seus deslocamentos, os textos/conceitos/teorias precisam ser traduzidos, publicados e distribuídos. Por sua vez, esse aparato material, constitutivo e ao mesmo tempo constituído pelo(s) diferente(s) contexto(s) de recepção, influencia de forma significativa quais teorias/textos serão traduzidos, ressignificados e readaptados para um melhor ajuste a agendas locais. Há, portanto, um processo contínuo de reescritura ao qual Anna Tsing se refere como “*continuum* heterogêneo de traduções”.⁹ Essa autora explica, em relação à história do movimento feminista e ambientalista, o seguinte:

Para irmos além das histórias intelectuais do feminismo e do ambientalismo – que mostram apenas uma única linhagem de pensamento –, revelando a integração de fontes culturalmente heterogêneas dentro desses movimentos, seria útil concebermos as idéias que inspiram esses movimentos como formadas por *processos contínuos de tradução*. Estamos acostumadas a pensar sobre tradução como o processo pelo qual um livro se torna disponível, com seu significado original intacto, para um novo grupo de leitores/as. [...] Contudo, teóricos/as culturais

³ Sobre a relação entre teoria e lugar, ver o excelente ensaio de Lawrence Grossberg, 1997. Em relação às viagens das teorias, Mary John, 1996, aponta duas coisas: primeiro, as teorias que viajam mais facilmente são aquelas com um nível de abstração tão alto que qualquer questão de contexto se torna irrelevante; segundo, as teorias, a partir de seus cruzamentos por diversos territórios, sofrem diferentes apropriações (leituras locais), tornando-se mais compósitas. John cita, nesta categoria, as teorias feministas, que são geralmente forjadas em variados níveis de abstração, isto é, utilizam-se simultaneamente dos registros econômicos, culturais e históricos (p. 39-68).

⁴ Essa categoria analítica sumamente produtiva foi cunhada por Mary Louise Pratt, 1999a e 1999b.

⁵ Lydia LIU, 2000. Tradução minha.

⁶ SPIVAK, 1995, p. xxvii. O termo em inglês é *active transaction of meaning*.

⁷ Ella SHOHAT, 2002, p. 70.

⁸ Nelly RICHARD, 2001. Minha tradução.

⁹ TSING, 1997, p. 253.

recentes argumentaram que “tradução” se refere mais corretamente a uma apropriação desleal, uma reescrita do texto na qual novos significados estão sempre sendo forjados pela interação de linguagens. Parece útil pensarmos sobre essas traduções desleais como necessárias para a realização de qualquer significado: os significados emergem a partir dos resvalos e suplementações resultantes dessa confrontação de linguagens. O estatuto original e culturalmente definitivo de qualquer texto é, nesse sentido, o produto de traduções que confundem e recolocam divisas culturais; a aparência de uma linhagem lingüística unívoca, contida no texto, torna-se reveladora desse aspecto do projeto de tradução.¹⁰

No cargo de co-editora da *Revista Estudos Feministas* no período de 1998 a 2002, vice-coordenadora de um grupo de pesquisa sobre as viagens das teorias nas Américas, sediado no Chicano and Latino Research Center da Universidade da Califórnia, em Santa Cruz (2002–2003), e como alguém que teve toda a sua formação acadêmica em universidades norte-americanas, vejo-me situada em um lugar particularmente privilegiado para examinar os mecanismos materiais que possibilitam a migração e tradução de feminismos ao longo do eixo Norte–Sul. Pude entender, durante minha passagem pela editoria da *Revista Estudos Feministas*, por exemplo, como os vários contextos de recepção, marcados por relações de poder e marginalidade, estruturam espaços que, por sua vez, viabilizam a circulação de certos textos e a invisibilidade de outros, influenciando assim as questões que serão priorizadas tanto nos diálogos Norte–Sul como, em nível nacional, ao longo do contínuo centro–periferia. Primeiro, para uma melhor apreensão dos deslocamentos das teorias, precisamos investigar quais textos, originalmente escritos em espanhol ou português, são disponibilizados, em tradução, para o público leitor ao norte das Américas e quais textos, redigidos em inglês, circulam traduzidos (ou não), em revistas da América Latina. Assim como argumentei que textos (carregando consigo certas marcas epistemológicas) não viajam sem ‘visto’, eles tampouco viajam ‘desacompanhados’. Geralmente seus deslocamentos seguem os rastros dos movimentos mais amplos de outros textos, de problemáticas (por meio, por exemplo, de movimentos sociais) e do capital cultural (por meio de uma elite acadêmica que viaja constantemente ao longo do eixo Norte–Sul e vice-versa).

Uma segunda tarefa seria analisar a política de citações desses textos, ou seja, mapear as referências que esses textos fazem a outros textos na tentativa de traçarmos uma rede de influências discursivas transnacionais. Por exemplo, nas teorias feministas contemporâneas norte-americanas encontramos forte influência das teorias pós-coloniais e dos estudos subalternos do sul asiático. As apropriações descuidadas desses marcos teóricos, feitas sem maiores preocupações pelas suas especificidades e particularidades históricas e insensíveis aos debates que constituem seus contextos, freqüentemente resultam no aplainamento de qualquer noção de diferença e heterogeneidade entre Leste e Oeste. Vale aqui citar um outro exemplo de tradução acrílica, pelo Norte, do tropo antropofágico articulado pelo modernismo brasileiro. Sneja Gunew, em um artigo sobre a necessidade de repensar o projeto institucional do feminismo nos departamentos norte-americanos de *Women’s Studies*, argumenta que, para a teoria feminista ‘tornar estranho’ a paralisia que prevalece nos *Women’s Studies* em relação a questões sobre identidade, diferença e crítica, seria útil que seguisse a tática da antropofagia brasileira a fim de possibilitar capacidades de ler e escrever comuns (*common literacy*) entre as diferentes tradições disciplinares.¹¹ Segundo Gunew,

¹⁰ TSING, 1997, p. 253. Tradução e ênfase minhas.

¹¹ GUNEW, 2002.

A imagem do canibal, o mais abjeto dos seres (na verdade, chamar alguém de canibal é marcá-lo/a como abjeto), olhando e retrucando os taxonomistas, os legisladores [...] poderia bem funcionar como o ícone galvanizador ou o mascote para nossos projetos futuros e nossa realização potencial de capacidades culturais [de ler e escrever] comuns (*common cultural literacies*).¹²

A ironia desse projeto de apropriação se ancora na desatenção para questões de contexto. Utilizar o tropo da tradução por via do canibalismo, como forma de respeito pela diferença, ignora as importantes críticas já feitas ao projeto antropofágico. As forças alimentando (para continuarmos no mesmo plano tropológico) essa estratégia subversiva da vanguarda modernista brasileira, segundo Heloisa Buarque de Hollanda, eram uma fascinação pela alteridade e o desejo de incorporá-la, o que terminava por destruir, através da metáfora da digestão, qualquer particularidade desse 'outro'.¹³ Para Hollanda,

Os antropofagistas auxiliaram a consolidação de visões chauvinistas sobre diferença e raça 'abaixo do Equador' utilizadas na literatura de viagem e colonial. Tais visões se tornaram ferramentas simbólicas efetivas no controle da heterogeneidade interna nacional na medida em que encontraram um campo fecundo para o processo de embranquecimento que dissipou nossas marcas negra e indígena através de uma espécie de amnésia histórica sobre a violência do processo de colonização e a 'benevolência' da estrutura de poder social e política brasileira. [...] Nesse sentido, o Brasil foi construído pelo modernismo como um reino de hospitalidade, revelando uma predisposição inerente ao acolhimento do 'outro'. Não é difícil, portanto, compreender como se evitou uma confrontação política direta entre classes, sexos ou raças e como a sedução, por meio dos mitos modernistas de uma democracia racial e de gênero [...], encontra endosso oficial através de uma série de artefatos que são, assim, 'autenticamente nacionais'.¹⁴

Ao delinear a política de citação dos textos viajantes – e diante dos diferentes legados históricos e genealogias que marcam as teorias e suas categorias analíticas – precisamos exercitar a transação dinâmica de leituras mencionada por Spivak. Somente assim poderíamos desenvolver uma capacidade geopolítica e transnacional para ler e escrever,¹⁵ ao mesmo tempo que relacionamos os conceitos apropriados a outros conceitos e universos discursivos.

A terceira etapa da pesquisa sobre viagens e traduções das teorias pediria o estudo dos sistemas de mediação – incluindo os periódicos e as editoras, conjuntamente com todo um dispositivo material, tais como editores, sistemas de *peer review*, protocolos de indexação, bem como as instituições de ensino, entre outras forças¹⁶ – que regulam os processos globais de circulação e tradução dos textos e significados feministas.¹⁷ Por que meios e a partir de quais institucionalidades os conceitos feministas adquirem residência temporária (ou mesmo permanente) em diferentes economias da representação? Como argumenta Emily Apter, essas "camadas invisíveis da intervenção são, de forma muito óbvia, cruciais para que um texto tenha acesso ao estatuto de traduzível".¹⁸ Por outro lado, continua

¹² GUNEW, 2002, p. 65. Minha tradução.

¹³ HOLLANDA, 2001.

¹⁴ HOLLANDA, 2001. Minha tradução.

¹⁵ SPIVAK, 1992.

¹⁶ Para uma excelente genealogia do sistema acadêmico moderno de *peer review* e de suas raízes históricas na prática da censura, ver Mario BIAGIOLI, 2002.

¹⁷ Para um estudo das viagens das teorias pós-estruturalistas da França para os Estados Unidos e suas subseqüentes traduções – seguindo em parte esse modelo sugerido – ver Rosi BRAIDOTTI, 2000. Para uma crítica, a partir de um olhar *queer*, do sistema de gênero na economia Norte-Sul de mercado, ver Francine MASIELLO, 2000.

¹⁸ APTER, 2001, p. 6.

Apter, precisamos desconfiar dos modelos simplistas de tradução transnacional que "idealizam as margens como objeto de preservação ecológica".¹⁹

A Revista Estudos Feministas como contexto de recepção

A *Revista Estudos Feministas* nasceu com vários propósitos ousados e inovadores. Segundo o editorial do seu primeiro número (1992), a revista estabelecia três objetivos principais: primeiro, servir de canal de expressão dos movimentos sociais de mulheres; segundo, difundir o conhecimento de ponta na área dos estudos feministas, ampliando e aprimorando esse campo de estudo, não apenas entre especialistas, mas também entre este e os demais campos do conhecimento; terceiro, ao afirmar os estudos de gênero como campo pluridisciplinar; voltar-se também para as demandas sociais, servindo de canal de expressão e aprimoramento da discussão feminista.

Com essas três metas a revista buscava "a renovação do conhecimento nas ciências humanas e sociais a partir de uma reflexão do lugar historicamente subordinado das mulheres na sociedade".²⁰ Assim, afirmava a indissociabilidade da prática política e da acadêmica, procurando uma "crítica contundente da epistemologia para forjar uma nova episteme do conhecimento e do método".²¹ Com a tradução de artigos previamente publicados de autoras reconhecidas internacionalmente, a *Revista Estudos Feministas* pretendia "garantir o acesso ao público brasileiro de temas e questões teóricas e metodológicas presentes no debate feminista internacional".²² Junto com essas traduções, a revista também publicaria versões em inglês de artigos nacionais para facilitar a divulgação internacional de nossas autoras, possibilitando assim um verdadeiro intercâmbio intelectual. Infelizmente, nos anos subseqüentes, essa prática de tradução do 'local' para o global foi abandonada por falta de verbas, entre outras razões.

Em seu número especial de 1994, onde foram publicadas algumas contribuições apresentadas em um colóquio internacional reunindo, no Rio de Janeiro, pesquisadoras do Brasil, França e Quebec, a *Revista Estudos Feministas* também acenou com uma "proposta comparativa e questionadora dos rumos e do alcance do pensamento feminista nestes três contextos".²³ Contudo, essa promissora proposta comparativa limitou-se a um número especial e não foi retomada de forma sistemática nos números seguintes. Caso tivesse sido expandida para incluir outros contextos geográficos, teríamos um importante instrumento para examinar os deslocamentos transnacionais das teorias feministas e suas influências no contexto brasileiro, permitindo assim o traçado de um mapa mais expandido da trajetória brasileira dos estudos da mulher para os estudos de gênero.²⁴ Após 1994, celebrando seu posicionamento na vanguarda da discussão acadêmica sobre gênero, a *Revista Estudos Feministas* contribuiu, de forma significativa, para a consolidação dos estudos de gênero na academia brasileira. Porém, uma leitura dos editoriais a partir de 1996 torna-

¹⁹ APTER, 2001, p. 7.

²⁰ Editorial, *Revista Estudos Feministas*, n. 0, 1992, p. 3.

²¹ Editorial, *Revista Estudos Feministas*, n. 0, 1992, p. 3.

²² Editorial, *Revista Estudos Feministas*, n. 0, 1992, p. 3.

²³ Editorial, *Revista Estudos Feministas*, v. 2, número especial, 1994.

²⁴ A antologia *Uma questão de gênero*, organizada por Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini (Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992), marca muito bem essa trajetória, porém seria interessante uma exploração mais detalhada relacionando o Brasil com outros contextos discursivos na produção de conhecimentos feministas. Para um exemplo de uma discussão sobre os caminhos (e traduções) do gênero no contexto norte-americano, ver Donna HARAWAY, 1991. Para uma discussão sobre a proliferação do termo "gênero" no campo dos estudos literários, ver Rita Terezinha SCHMIDT, 2002.

se reveladora de um outro debate presente nas entrelinhas da revista e nos espaços da academia: a relação, muitas vezes controversa, entre os estudos de gênero e os estudos feministas.²⁵

Minha intenção aqui não é apenas a de catalogar o uso de termos em editoriais, mas analisar o discurso dos editoriais em relação às traduções do feminismo e do gênero presentes na academia brasileira. Obviamente, um exame aprofundado pediria o detalhamento de todos os fatores (textuais e contextuais) que contribuem para a formação de um campo disciplinar, o que está além do escopo dessa breve reflexão. Muito já foi dito sobre a entrada do gênero e do feminismo na academia, nos movimentos sociais e nas Ongs e suas subsequentes traduções, segundo lógicas locais, nacionais e transnacionais diversas.²⁶ O que gostaria de apontar é que, embora a *Revista Estudos Feministas* tenha contribuído de forma fundamental para a mudança de direção dos estudos da mulher para o campo dos estudos de gênero (ampliando assim a reflexão para as interseções do gênero com outros eixos da diferença e do poder), há a necessidade de continuarmos 'vigilantes' (no sentido que Spivak dá ao termo) nessa guinada para o gênero, a fim de que este não se desprenda de um projeto político e epistemológico feminista (por exemplo, quando o gênero é concebido apenas como categoria relacional e se torna *mainstream*) e para que não se transforme em um cânone dentro dos estudos feministas, silenciando outras possíveis genealogias ou mesmo ofuscando outros contra-cânonos.²⁷ Na antologia *Uma questão de gênero*, podemos observar que os caminhos percorridos pelo gênero foram bastante diversos segundo as áreas disciplinares e os respectivos paradigmas então favorecidos. Uma leitura dos números da *Revista Estudos Feministas* desde seu lançamento em 1992 até 1999 mostra que os artigos publicados, em sua grande maioria, estão marcados por uma abordagem (majoritariamente) sociológica e antropológica do gênero, fortemente influenciada pelo paradigma estruturalista e por um viés empiricista.²⁸ Outras epistemologias feministas e intervenções enunciativas, não necessariamente centradas no gênero e articuladoras de outros paradigmas, encontraram pouco espaço na revista.

Quero argumentar, nesse momento de reflexão sobre as revistas feministas – e seguindo o conselho de Nelly Richard –, que, para que essas publicações constituam algum tipo de energia crítica diante do tráfego de teorias e conceitos dentro do feminismo, faz-se crucial que exercitem uma “textualidade heterogênea”, a qual implica não somente a “coexistência de uma diversidade de posturas intelectuais, disciplinares e anti-disciplinares, mas também de uma variedade de tons discursivos e de formas escriturais que autorizem vários lugares de enunciação e registros de representação”.²⁹ Com essa heterogeneidade discursiva temos a possibilidade de que as teorias feministas “estabeleçam conexões entre as reflexões crítico-acadêmicas e uma pluralidade de outros tipos de enunciações.”³⁰ Para viabilizar o exercício dessa textualidade heterogênea, há a necessidade de examinarmos as mediações que as revistas fazem no circuito transnacional das teorias feministas e suas apropriações locais.

²⁵ Vale ressaltar que esse 'debate de entre/linhas' não esteve presente de forma tão marcada no movimento de mulheres/feminista, como podemos observar nas páginas dos dossiês da revista.

²⁶ Ver, por exemplo, Sonia E. ALVAREZ, 2000; Millie THAYER, 2001; e Jean FRANCO, 1997 e 1998.

²⁷ Já foram publicadas muitas considerações sobre o *mainstreaming* do gênero na academia brasileira, inclusas críticas sobre o rumo dos estudos da mulher para o gênero e para os estudos de masculinidades (por exemplo, ver o debate sobre as trajetórias do gênero publicado nos Cadernos Pagu, n. 11, 1998). Para uma crítica da centralidade do gênero nas teorias feministas – e a respeito de uma falta de análise sobre a interseção do gênero com outros eixos da diferença – ver Kimberlé Crenshaw, 2002; Norma Alarcón, 1990; e Susan Friedman, 1998.

²⁸ Ver Lia Zanotta MACHADO, 1997, para análise do legado estruturalista nos estudos de gênero no Brasil.

²⁹ Richard, 2001.

³⁰ Richard, 2001.

As publicações feministas e as mediações culturais: rumo a novas práticas de (contra)tradução

Para uma efetiva mediação cultural, ou seja, para nos engajarmos com o que Lata Mani chama de “mediações múltiplas” (a prática de lidar com públicos discrepantes e diferentes temporalidades de luta), é necessária atenção à influência que políticas do lugar exercem na circulação de valores feministas.³¹ Segundo o questionamento de Francine Masiello, “como lidar com o eixo Norte/Sul, como falar sobre o Sul se você o lê a partir do Norte e vice-versa?”³² Rosi Braidotti, em um veio deleuziano, argumenta que a percepção crítica de que os conceitos com os quais trabalhamos se encontram historicamente impregnados e empiricamente encorpados requer alianças transversais entre diferentes tipos de intelectuais e um constante exercício de nossa parte em “nos tornarmos-políglotas, nos tornarmos-transdisciplinares, nos tornarmos-nômades”.³³

Muito já tem sido escrito sobre a política do lugar, porém sua relação com a questão da tradução cultural (que constitui a atividade central de uma revista acadêmica) não se está suficientemente teorizada. A importância de se pensar sobre o lugar da enunciação (e, certamente, da teoria) não é recente nem nas teorias feministas, nem tampouco nas várias tradições hermenêuticas, seja nas humanidades, seja nas ciências sociais.³⁴ Mas é no âmbito das teorias feministas, no entanto, que a questão do lugar se torna fundamental, não para avaliar unicamente suas categorias analíticas, mas também –e principalmente – para medir o alcance político das mesmas, isto é, as maneiras como essas intervêm nas estruturas de desigualdade social. Sempre situadas diferentemente nos sistemas de dominação, de privilégio e de exclusão, narramos (e publicamos) a partir de um lugar (tanto em seu sentido literal quanto metafórico, quero dizer, como imaginado, político, mental, etc.). Procurar entender esse lugar em todas suas dimensões nos leva à necessidade de historicizá-lo e de politizá-lo, permitindo, então, uma avaliação mais crítica da construção e institucionalização das diferenças (e das práticas políticas que as articulam).

Não obstante, gostaria de fazer duas observações sobre o conceito de lugar como categoria analítica e política. Primeiramente, esse lugar não pode ser entendido como algo reificado ou ancorado em categorias ontológicas (o fato de sermos mulheres não nos transforma naturalmente em aliadas ou em *sisters in struggle*). Segundo, qualquer lugar ou local se encontra pontilhado e fraturado por diferenças e tensões, por circuitos e fronteiras que não podem ser representadas por, nem contidas em, nenhum modelo binário das relações de poder. Como Arjun Appadurai explica, o estudo da relação entre o global e o local pede um modelo que enfatize tanto as conexões quanto as disjunções, os interstícios, entre movimentos transnacionais de pessoas, de tecnologias, de capital e de bens culturais, considerando seus diferentes efeitos e transformações em vários níveis do local.³⁵ Assim, a especificidade de um lugar não é singular, mas múltipla, pois, como Doreen Massey argumenta, ela se constrói justamente a partir da presença, no interior desse lugar, de tudo

³¹ MANI, 2003.

³² MASIELLO, 2001.

³³ BRAIDOTTI, 2000.

³⁴ Nas humanidades, posso citar as teorias da recepção sendo utilizadas pela crítica literária e pela comunicação, onde o lugar do receptor/leitor é imprescindível para análise da decodificação textual. Na antropologia já temos uma abundância de trabalhos que examinam e desconstruem o lugar do olhar etnográfico a fim de entender o processo de produção de saber e poder sobre “a/o outra/o”, presentes sobretudo naqueles estudos que seguem uma vertente pós-estruturalista.

³⁵ Appadurai, 1996.

o que lhe é exterior, isto é, das interrelações desse lugar com outros lugares.³⁶ Como podemos, a partir do lugar da *Revista Estudos Feministas* nos circuitos transnacionais de idéias e valores, desenvolver uma prática da tradução cultural que responda simultaneamente às contingências locais e aos fluxos globais dos discursos sobre gênero e feminismo? Como podemos usar o tropo do lugar como forma de desenvolvermos uma análise dos aspectos materiais da produção discursiva nas páginas da revista ao longo desses mais de dez anos de publicação? Esses aspectos materiais incluiriam, necessariamente, outras formas de atividades mediadoras (como editoras, críticas/os, bibliotecárias/os, livreiras/os, consultoras/es em órgãos de pesquisa, associações profissionais, universidades, entidades filantrópicas, etc.) que, segundo Barbara Godard, contribuem para a produção do significado e valor de um trabalho. Para essa autora,

Análise dos diferentes lugares e histórias da produção periodística (feminista) permite uma abertura para questões a respeito do valor cultural que, na formulação de Bourdieu, representam a constituição, preservação e reprodução da autoridade e do poder simbólico dentro de um campo. Considerar os lugares dos periódicos feministas dentro desse campo seria adquirir uma percepção dos processos engendrados de reprodução social e de criação de valor cultural.³⁷

A interseção entre a questão do lugar com a problemática da tradução cultural e das publicações feministas abarcaria outros tipos de questionamentos, igualmente cruciais: que formas são impostas nos textos das teorias feministas como condição de sua circulação através dos diferentes espaços sociais? Até que ponto o espaço social, por meio do qual esses textos circulam, é constitutivo dessa própria circulação? A partir de quais tipos de institucionalidades os textos feministas ganham acesso à tradução?

Nos dias atuais, quando o “lugar” mais se assemelha a um “translugar”,³⁸ e quando as assimetrias entre diferentes grupos atingem proporções inimagináveis, o projeto de desenvolver e implementar uma gramática política, que exceda, subverta ou vá além dos regimes dominantes de representação, das práticas de tradução institucionalmente sancionadas e das colonialidades do poder, rumo à elaboração de alianças feministas transversais e transnacionais, se faz premente.

Para concluir, quero defender que a mais importante contribuição que uma revista acadêmica feminista pode dar ao campo dos estudos de gênero no atual momento seria a de estabelecer um contra-cânon do gênero através de experimentações radicais inter- (ou anti-) disciplinares e a partir de conhecimentos situados. Seria empregar práticas de tradução cultural contra a própria noção de tradução. Nesse sentido, e expandindo a noção de uma prática de contra-tradução, gostaria de citar Derrida em recente entrevista publicada na *Revista de Crítica Cultural*.³⁹ Nessa ocasião, Derrida comenta a questão da tradução (e cito-o traduzido ao espanhol):

³⁶ Massey, 1994.

³⁷ GODARD, 2002, p. 211. Tradução minha.

³⁸ “Translugar” é um termo cunhado por Agustín Laó-Montes, 2001, p. 14. Uma análise do translugar tomaria em consideração todas as contingências e particularidades locais de um determinado lugar sem perder de vista as tendências históricas e as marcas estruturais do mesmo. O translugar poderia ser conceitualizado como os locais múltiplos (classe, gênero, raça, etc.) a partir dos quais enunciamos, bem como os vários lugares que ocupamos nas divisões sociais do trabalho e do poder. A noção de translugar se refere ao mesmo tempo a lugares históricos e estruturais, lugares geográficos e a posições do sujeito. Em contraste com a noção de transnacional, o translugar não se encontra centrado no Estado-Nação ou em nacionalidades, mas articula unidades espaciais geográficas com lugares históricos e posições do sujeito.

³⁹ DERRIDA, 2002.

Actualmente sabemos que todos los procesos de legitimación universitaria deben pasar por el mercado americano, pasar por la publicación en lengua inglesa, ser publicado en inglés porque se ha convertido en la *lingua franca*, la lengua universal. Todo universitario debe tener dos lenguas; la suya, que es secundaria, y la angloamericana. [...] Entonces, cómo resistir a esa hegemonía lingüística angloamericana que nos es simplemente una hegemonía lingüística, es también cultural, económica, que impone modos de vida y modelos sociales?⁴⁰

Derrida contesta a própria pergunta, oferecendo um exemplo de sua prática de escrita (e faço de suas palavras a minha conclusão):

En muchos países me conocen como un autor inglés. Se me lee en traducción. Mi recurso es escribir en francés, puesto que sólo escribo en francés, escribir en francés cosas tales que la traducción en angloamericano transforme la lengua americana, produzca efectos en la lengua al punto que cuando uno me lea en inglés sienta que hay ahí algo extraño, que él vea en la lengua cosas extrañas, se diga que el inglés ha sido transformado o que se esconde detrás un texto francés que resiste al inglés. Es de esa manera que uno hace una obra, si una hace una obra, es decir, tomando la lengua del dominador, si se puede decir la lengua del dominador, la lengua imperial o imperialista. Uno la toma y trata de subvertirla como uno pueda haciendo que hable de otra manera. Haciendo que el interior mismo de la lengua americana proteste de una cierta hegemonía americana. [...] No digo esto para denunciar simplemente el inglés. Lo digo para denunciar la violencia que esta *lingua franca* angloamericana impone incluso al inglés.⁴¹

Referências bibliográficas

- ALARCÓN, Norma. "The Theoretical Subject(s) of *This Bridge Called my Back* and Anglo-American Feminism." In: ANZALDÚA, Gloria (ed.). *Making Face, Making Soul: Haciendo Caras*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1990. p. 356-369.
- ALVAREZ, Sonia E. "Translating the Global: Effects of Transnational Organizing on Local Feminist Discourses and Practices in Latin America." *Meridians: Feminism, Race, Transnationalism*, v. 1, n. 1, 2000. p. 29-67.
- APPADURAI, Arjun. "Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy." In: _____. *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996. p. 27-47.
- APTER, Emily. "On Translation in a Global Market." *Public Culture*, v. 13, n. 1, 2001. p. 1-12.
- BIAGIOLI, Mario. "From Book Censorship to Academic Peer Review." *Emergences*, v. 12, n. 1, 2002. p. 11-45.
- BRAIDOTTI, Rosi. "The Way We Were: Some Poststructuralist Memoirs." *Women's Studies International Forum*, v. 23, n. 6, 2000. p. 715-728.
- CRENSHAW, Kimberlé. "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero." *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, 2002. p. 171-188.
- DERRIDA, Jacques. "Globalización del mercado universitario, traducción y restos: una entrevista a Jacques Derrida." *Revista de Crítica Cultural*, n. 25, p. 22-24, 2002.
- FRANCO, Jean. "Defrocking the Vatican: Feminism's Secular Project." In: ALVAREZ, Sonia E., DAGNINO, Evelina, and ESCOBAR, Arturo (eds.). *Cultures of Politics, Politics of Cultures: Re-visioning Latin American Social Movements*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1998. p. 278-289.

⁴⁰ DERRIDA, 2002, p. 23

⁴¹ DERRIDA, 2002, p. 23

- FRANCO, Jean. "From the Margins to the Center: Recent Trends in Feminist Theory in the United States and Latin America." In: DORE, Elizabeth (ed.). *Gender Politics in Latin America: Debates in Theory and Practice*. New York: Monthly Review Press, 1997. p. 196-208.
- FRIEDMAN, Susan S. "'Beyond Gender': The New Geography of Identity and the Future of Feminist Criticism." In: _____. *Mappings: Feminism and the Cultural Geographies of Encounter*. Princeton: Princeton University Press, 1998. p. 17-35.
- GODARD, Barbara. "Feminist Periodicals and the Production of Cultural Value: The Canadian Context." *Women's Studies International Forum*, v. 25, n. 2, 2002. p. 209-223.
- GUNEW, Sneja. "Feminist Cultural Literacy: Translating Difference, Cannibal Options." In: WIEGMAN, Robyn (ed.). *Women's Studies on its Own*. Durham: Duke University Press, 2002. p. 47-65.
- GREWAL, Inderpal, and KAPLAN, Caren (eds.). *Scattered Hegemonies: Postmodernity and Transnational Feminist Practices*. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 994.
- GROSSBERG, Lawrence. "Where is 'America' in American Cultural Studies?" In: *Bringing it All Back Home: Essays on Cultural Studies*. Durham: Duke University Press, 1997. p. 287-301.
- HARAWAY, Donna. "'Gender' for a Marxist Dictionary: The Sexual Politics of a Word." In: *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature*. New York: Routledge, 1991. p. 127-148.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. "The Politics of Cultural Studies." Disponível em: <http://acd.ufrj.br/pacc/studies.html>. Acesso em: 29 abr. 2001.
- JOHN, Mary E. *Discrepant Dislocations: Feminism, Theory, and Postcolonial Histories*. Berkeley: University of California Press, 1996.
- KAPLAN, Caren. *Questions of Travel: Postmodern Discourses of Displacement*. Durham: Duke University Press, 1996.
- LAÓ-MONTES, Agustín. Introduction. In: LAÓ-MONTES, Agustín, and DÁVILA, Arlene (eds.). *Mambo Montage: The Latinization of New York*. New York: Columbia University Press, 2001. p. 1-53.
- LIU, Lydia. Introduction. In: LIU, Lydia (ed.). *Tokens of Exchange: The Problem of Translation in Global Circulations*. Durham: Duke University Press, 2000. p. 1-12.
- MACHADO, Lia Zanotta. "Estudos de gênero: para além do jogo entre intelectuais e feministas". In: SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997. p. 93-140.
- MANI, Lata. "Multiple Mediations: Feminist Scholarship in the Age of Multinational Reception." In: MCCANN, Carole R., and SEUNG-KYUNG, Kim (eds.). *Feminist Theory Reader: Local and Global Perspectives*. New York: Routledge, 2003. p. 364-377.
- MASIELLO, Francine. "Conhecimento suplementar: *queering* o eixo norte/sul." *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 49-62, 2000.
- _____. *The Art of Transition: Latin American Culture and Neoliberal Crisis*. Durham: Duke University Press, 2001.
- MASSEY, Doreen. *Space, Place, and Gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999a.
- _____. "A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora de foco." *Travessia: Revista de Literatura*, n. 38, p. 7-29, 1999b.
- RICHARD, Nelly. "Globalización/traducción/diseñación". In: Seminário INTELLECTUAL AGENDAS AND THE LOCALITIES OF KNOWLEDGE, 2-5 out. 2001, Cidade do México.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. "Reescrevendo gênero, reescrevendo a nação: da teoria, da resistência, da brasilidade." In: DUARTE, Constância Lima (Org.). *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais,

2002. v. 1.

SHOHAT, Ella. "Area Studies, Gender Studies, and the Cartographies of Knowledge." *Social Text*, v. 20, n. 3, 2002. p. 67-78.

SPIVAK, Gayatri C. "Translator's Preface." In: *Imaginary Maps: Three Stories by Mahasweta Devi*. New York: Routledge, 1995. p. xxiii-xxix.

SPIVAK, Gayatri C. "The Politics of Translation." In: BARRET, Michèle, and PHILIPS, Anne (eds.). *Destabilizing Theory: Contemporary Feminist Debates*. Stanford: Stanford University Press, 1992. p.177-200.

THAYER, Millie. "Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão". *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 103-130, 2001.

TSING, Ana. "Transitions as Translations." In: SCOTT, Joan, KAPLAN, Cora, and KEATS, Debra (eds.). *Transitions, Environments, Translations: Feminisms in International Politics*. New York: Routledge, 1997. p. 253-272.

Feminist Publications and the Transnational Politics of Translation: Reflections from the Field

Abstract: *This article investigates the theoretical presuppositions of the travels of feminist theories across the North–South axis, arguing that to theorize in feminism implies to engage in translation, i.e., to translate concepts and terms from one disciplinary field into the analytical categories of another in a process that Spivak characterizes as 'active transaction of meanings', i.e., the act of putting one theory in contact or transaction with another (or several others) when reading a literary or social text. In the slippages of this encounter of languages, texts, and meanings, and as a result of necessarily faithless translations, other maps of knowledge become possible. However, for theories and concepts to circulate, the existence of material apparatuses (such as feminist publications) organizing their translation and dissemination becomes necessary. From my particular position as a former co-editor of Revista Estudos Feministas between 1998-2002, I raise some considerations about the practices of mediation exercised by this publication in its translation of feminist theories.*

Key words: *feminist theories, cultural translation, mediation, North–South axis.*